



xi ebramem

XI ENCONTRO BRASILEIRO EM MADEIRA E ESTRUTURAS DE MADEIRA LONDRINA –JULHO 2008

GESTÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS MOVELEIRAS COM PRODUÇÃO SOB ENCOMENDA

Patrícia Silva de Azevedo (psazeved@esalq.usp.br), Adriana Maria Nolasco (amnolasc@esalq.usp.br),
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP – Departamento de Ciências Florestais

RESUMO: Com a estruturação dos Arranjos Produtivos Locais (APL) Madeira-Móveis em diversas regiões do país, as indústrias moveleiras começam a se articular para discutir os principais desafios comuns que precisam enfrentar para elevar o crescimento do setor. Dentre eles, a questão da sustentabilidade ambiental como valor corporativo tem sido indicado como um dos mais importantes, tanto para reduzir as perdas e os riscos na atividade, como para aumentar a rentabilidade e atingir novos segmentos de mercado. Este trabalho trata da caracterização das estratégias de gestão ambiental adotadas pelas indústrias de móveis sob encomenda do Pólo Moveleiro de Itatiba – SP, como base para entendimento dos problemas e oportunidades para elaboração e implementação de um programa de ações para redução dos impactos ambientais negativos do setor. Trata-se de um estudo de caso em 18 empresas, através de análise descritiva e qualitativa fundamentada no Programa de Produção mais Limpa do PNUMA e no PDP (Processo de Desenvolvimento de Produto). A análise abordou os três níveis de decisão nas empresas: diretoria (planejamento estratégico), designer (planejamento de projeto) e gerente de produção (produção). Os resultados indicam que 94% das indústrias moveleiras do pólo são micro e pequenas empresas que não possuem planejamento de negócios ou estrutura administrativa organizada, o que dificulta a incorporação de práticas ambientais; 89% possuem estratégias ambientais escapistas ou reativas, baixo rendimento e elevada geração de resíduos madeireiros; e o foco das ações ambientais está dirigido ao produto.

Palavras – chave: indústria moveleira, gestão ambiental, estratégias ambientais

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN FURNITURE CORPORATIONS WITH BUILT TO ORDER PRODUCTION

ABSTRACT: With the structuralization of the Local Productive Arrangements (APL) Wood-Furniture in various regions of the country, the furnitures industries begin to articulate to discuss the major common challenges that need addressing to raise growth of the sector. Among them, the issue of environmental sustainability and corporate value has been indicated as one of the most important, both to reduce the losses and risks in the activity, how to increase profitability and reach new market segments. This work deals with the characterization of environmental management strategies adopted by the industries of furniture custom of Itatiba (São Paulo - Brazil) furniture pole, as a basis for understanding of the problems and opportunities for development and implementation of a program of action for reducing the negative industry environmental impacts. This is a case on 18 companies, through descriptive analysis and qualitative reasoned program cleaner production of UNDP and the PDP (Product Development Process). The analysis addressed the three levels of decision-making: directors (strategic planning), designer (project planning) and manager of production (production). The results indicate that 94% of the furnitures industries the pole are micro and small enterprises that do not have a business plan or organized administrative structure, hampering the incorporation of environmental practices, 89% of environmental strategies are escapist or reactive, low income and high generation waste timber, and the focus of environmental actions is directed to the product.

Keywords: furniture industries, environmental management, environmental strategies

1. INTRODUÇÃO

A incorporação da gestão ambiental pelas empresas iniciou por pressões de ordem regulatória crescentes, que tiveram início com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente no ano de 1972, que questionava a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento existente e incentivava a inserção das práticas ambientais como constituintes do planejamento de negócios das corporações, apoiada por entidades como o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, o Fundo monetário internacional – FMI e as Nações Unidas (BAUGHN, BODIE e MCINTOSH, 2007).

No Brasil, após a assinatura da Declaração de Estocolmo, instituiu-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Contudo, somente no final da década de 70, os primeiros dispositivos legais ambientais federais começaram a ser criados. Na década de 80 foram adicionados a eles 64 novos dispositivos legais e na década de 90 outros 159 (SOUZA, 2002).

Muitas pressões de ordem sociais (movimentos ecológicos), políticas (criação de órgãos normativos e fiscalizadores) e econômicas (restrições de acesso a determinados segmentos de mercado, dificuldade de acesso a linhas de financiamento com requisitos ambientais, entre outros) foram moldando novos pensamentos e ações na gestão das empresas, conferindo uma postura ambientalmente mais responsável aos sistemas produtivos (BAUGHN, BODIE e MCINTOSH, 2007).

Sharma et al.(1999) destacam a importância da utilização de estratégias ambientais para potencializar o valor competitivo da empresa. Contudo, a aplicação destas estratégias dentro das organizações administrativas é mais complexa que a conformidade com as leis e as responsabilidades ambientais. A empresa deve ter uma gestão de negócios estruturada para gerenciar com eficiência todos os processos.

SOUZA (2002) propõe uma classificação por tipologia quanto ao sistema de gestão ambiental das indústrias, baseada nas estratégias ambientais adotadas e no tipo de respostas dadas às pressões que estas sofrem diante das regulamentações: (i) defensoras de portfólio, que correspondem geralmente às maiores empresas do setor, que priorizam o atendimento às regulamentações ambientais, assim como a antecipação de novas leis e padrões, apresentando uma política ambiental definida; (ii) escapistas, que atendem às regulamentações ambientais, mas não planejam uma antecipação às normas e/ ou padrões e, poucas apresentam uma política ambiental explícita e buscam abandonar a produção atual para explorar novos mercados; (iii) as inativas ou indiferentes, que apresentam baixo risco ambiental e pequeno potencial de mercado para bens ambientais, têm uma política explícita, mas não parecem fazer uso dela; (iv) as ativistas, semelhantes às defensoras de portfólio, que contudo, dão maior importância em explorar novos mercados.

Outra forma de classificação, proposta por SHARMA et al. (1999), divide as estratégias em reativas e proativas. As reativas são aquelas nas quais as ações ambientais só serão tomadas mediante uma imposição legal ou normativa, visando apenas manter a conformidade com as regulamentações ambientais. Já as estratégias proativas visam obter vantagem competitiva, com a melhoria da imagem, identidade, reputação organizacional, diferenciação de produtos, além da redução de custos, melhoria na produtividade e inovação através da reengenharia de vários processos operacionais.